

Faltam médicos para

ZILIENSE

Brasília, quarta-feira, 12 de julho de 1989

19

hospitais da cidade

A falta de médicos obrigou a Fundação Hospitalar (FHDF) a tomar uma atitude inédita: a promoção de concurso público, a nível nacional, atingindo, além de Brasília, Fortaleza (CE), Recife (PE), Belo Horizonte e Uberlândia (MG). As provas deverão ser realizadas na primeira quinzena de agosto. Tudo ainda depende da aprovação de projeto de lei do GDF pelo Senado, ampliando o número de vagas para cerca de 800 desta categoria de profissionais.

O secretário de Saúde, Milton Menezes, esclarece que o edital do concurso poderá ser publicado ainda esta semana. Não haverá vagas limitadas, informa, já que a intenção do Governo é montar uma banca, que funcionaria como uma espécie de reserva. As unidades de saúde possuem um déficit da ordem de 600 médicos, em especial de anestesiistas, radiologistas, cardiologistas e neurologistas, sem contar áreas básicas, como clínica geral, ginecologia e pediatria.

Há três meses, a Fundação realizou um concurso, esperando, no mínimo, a inscrição de 400 profissionais. Só apareceram 50. O mesmo ocorreu com a categoria de enfermeiros, que contou com um número muito pequeno de interessados, se-

gundo Menezes. "As provas para os dois segmentos vão coincidir em data e local", adianta o secretário. A FHDF solicita ao Senado a ampliação do quadro para 2 mil funcionários, dentre os quais 800 médicos.

Um dado, aparentemente irônico, comprova a preocupação das autoridades locais. De acordo com o secretário de Saúde, quase todos os médicos do DF estão contratados pela Fundação Hospitalar. "Toda a rede está deficitária", afirma ele.

Menezes não acredita que a evasão de médicos decorra do decreto presidencial, editado em fevereiro último, que proíbe o acúmulo de três empregos, no caso do segmento em questão. "A Secretaria de Saúde é um dos órgãos públicos que pagam melhor no País", assegura. Admite, entretanto, que a classe prefere escolher, entre o Inamps e o GDF, o primeiro, por ser estatutário e pagar aposentadoria integral. "Além disso, o funcionário pode se transferir para o lugar de origem", acrescenta o diretor do Sindicato dos Médicos, Mário Sérgio Nunes.

Outro problema surgiu após a promulgação da Constituição. A anterior permitia contratos especiais e esta não. "Isso pode solucionar-se. Basta que esse pessoal faça concurso público e se reintegre às unida-

des", pondera Milton Menezes. Sem querer dramatizar a situação, o secretário lembra que a necessidade existe devido à melhoria do atendimento quantitativo e qualitativo. "Pretendemos agilizar o sistema, incluindo atividades novas, especializadas", explica.

SALÁRIOS

Mas a idéia de expandir o setor Saúde esbarra na oferta do órgão formador da cidade — a Universidade de Brasília (UnB), que solta anualmente, no mercado de 35 a 40 profissionais. "E o salário baixo não atrai quem vem de fora", ressalta Mário Sérgio Nunes, informando que o piso ou vencimento inicial é de NCz\$ 793,00, excluindo a gratificação de 30 por cento no mês de junho.

O mercado, conforme o diretor do Sindicato dos Médicos, é fechado, "restrito, no setor público, quase que totalmente à Fundação Hospitalar". Sallenta que há grande evasão de profissionais nos centros de saúde e hospitais e que, nas cidades-satélites, não são feitas cirurgias eletivas, pela falta de anestesiistas: "A solução", continua, "consiste em salários adequados e a possibilidade do médico fixar-se num só emprego, com a jornada de 40 horas semanais".